

A PRESENÇA RECENTE E ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO (IED) NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA BRASILEIRA¹

Sebastião Neto Ribeiro Guedes²
Lucas Eduardo Gianotti³

1 - INTRODUÇÃO

O capital estrangeiro sempre teve presença marcante na história da agroindústria canavieira brasileira. Em seu apogeu, ele foi crucial na tentativa de reestruturação produtiva promovida pelo Império na segunda metade do século XIX, que se materializou nos Engenhos Centrais. O advento das usinas reduziu, mas não eliminou, a presença estrangeira no setor, que se estendeu, com discrição, até a segunda metade do século XX (SZMRECSÁNY; RAMOS, 2002). Depois de quase meio século de ocaso, o capital estrangeiro voltou à cena, aproveitando-se das oportunidades abertas pela desregulamentação setorial iniciada na década de 1990 e pela crescente demanda mundial por biocombustíveis eficientes.

Este artigo pretende investigar a origem, magnitude e algumas consequências do seu ingresso sobre a estrutura produtiva da agroindústria canavieira, explorando algumas hipóteses e analisando dados disponibilizados pelo Banco Central sobre a movimentação de capitais estrangeiros no setor. Para isso ele se divide em seis seções, além desta introdução. Na segunda, são discutidas as transformações observadas na economia mundial a partir do conceito de globalização. Procurou-se enfatizar que com a ampliação e aprofundamento deste último fenômeno, o investimento estrangeiro direto (IED) ganhou mais relevância e protagoniza iniciativas que estão moldando as novas estruturas e a dinâmica econômica do mundo globalizado.

Na terceira seção, procurou-se mostrar que a presença do capital estrangeiro nesse setor não é inédita, sendo bastante significativa, sobretudo no final dos século XIX. Busca-se, então, à

maneira de contraste, realçar as especificidades daquele movimento anterior com o de agora, e buscar a lógica presente que norteia os movimentos recentes dos investimentos estrangeiros diretos no setor. A curta quarta seção apresenta algumas informações metodológicas, referentes às fontes dos dados. A quinta seção identificou a origem e magnitude do investimento estrangeiro direto que recentemente retomou ao setor. Embora descontínuo, o ingresso desse tipo de capital na agroindústria canavieira tem se revelado, a partir de 1999, bastante significativo, pondo em evidência o rápido processo de internacionalização desse setor da economia nacional. O artigo finda com as conclusões, que compõem a sexta seção.

2 - GLOBALIZAÇÃO, DESREGULAMENTAÇÃO E O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL

Entendida como uma etapa particular do desenvolvimento capitalista mundial, a globalização, segundo Coutinho (1992), se caracteriza por ser *“Uma etapa de forte aceleração da mudança tecnológica, caracterizada pela intensa difusão das inovações telemáticas e informáticas e pela emergência de um novo padrão de organização da produção e da gestão na indústria e nos serviços; padrão esse caracterizado pela articulação das cadeias de suprimento e de distribuição através de redes que minimizam estoques, desperdícios, períodos de produção e tempos-de-resposta, tornando os processos mais rápidos e eficientes”*.

Por sua vez, Gonçalves (2002) definiu a globalização como a ocorrência simultânea de três processos distintos, que têm ocorrido com maior intensidade nos últimos 30 anos, a saber: 1) a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; 2) o acirramento da concorrência nos mercados mundiais; e 3) a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais.

¹Registrado no CCTC, IE-09/2009.

²Economista, Doutor, Universidade Metodista de Piracicaba (e-mail: seba.neto@uol.com.br).

³Economista, Universidade Metodista de Piracicaba (e-mail: lucas.gianotti@br.nestle.com).

A primeira característica pode ser percebida pelo aumento significativo de empréstimos e financiamentos internacionais, investimentos de *portfólio*, investimento externo direto e incremento das relações comerciais entre os países pelos mecanismos de importação e/ou exportação e relações contratuais.

O segundo aspecto - o acirramento da concorrência no mercado mundial - acontece tanto na esfera produtiva quanto na financeira. Na produtiva por meio de reduções de custos, busca de vantagens naturais e geográficas, identificação de vantagens competitivas, redefinição de estratégias empresariais, aperfeiçoamento constante do produto e incessante adaptabilidade ao ambiente devido ao seu caráter amplificado e de concorrência cada vez maior. Na esfera financeira pela disputa por transações internacionais entre bancos, instituições financeiras não bancárias e organizações transnacionais, as quais passaram a adotar estratégias de *portfólio* em bases geográficas; e, por fim, ao surgimento de importantes centros financeiros nos países periféricos.

Já a crescente integração dos sistemas econômicos nacionais, a terceira característica da globalização, pode ser percebida de duas formas: 1) pelo fluxo de investimento estrangeiro direto, uma vez que as operações de organizações transnacionais e as relações contratuais têm aumento superior ao do total da renda mundial; 2) pela quantidade e qualidade dos ativos financeiros emitidos por residentes nas mãos de não-residentes.

Em qualquer dos três processos, o investimento estrangeiro direto é um dos principais protagonistas. Ele consiste na *“operação em que se cria uma subsidiária no exterior ou passa-se a exercer o controle sobre uma empresa estrangeira, adquirindo a maior parte de suas ações”* (SILVA; CARVALHO; SILVA, 2000). De fato, ele constitui um dos pilares da globalização porque possibilita a competição em escala mundial e a inserção de empresas no mercado estrangeiro.

Nesse contexto, configura-se como principal expoente mundial de investimento estrangeiro direto as empresas transnacionais (ET). De acordo com Hiratuka et al. (2000), as empresas transnacionais possuem características distintas das empresas que operam em apenas um mercado, e sua atuação promove uma distribuição setorial da atividade econômica e um padrão diferente de exportação e importação das firmas locais; assim, a forma como as empresas trans-

nacionais organizam e determinam a escala de suas operações internacionais exerce uma forte influência tanto na direção e nos volumes dos fluxos de comércio, como na especialização comercial, competitividade e nas balanças de comércio exterior dos países.

Desde o início da industrialização brasileira, as empresas transacionais ocupam um lugar de destaque na economia. Entretanto, elas ganharam dimensão fundamental após a Segunda Guerra Mundial quando, inicialmente as empresas norte-americanas e, posteriormente, as européias, iniciaram seus processos de internacionalização e busca por novos mercados. Assim a política interna passou a estimular o ingresso de investimento estrangeiro direto e, conseqüentemente, as atividades das empresas transnacionais.

Com efeito, a participação das empresas estrangeiras tem aumentado sensivelmente na última década no Brasil, sob qualquer ângulo que se meça essa participação. O trabalho de Laplane e Sarti (2002) mostrou que o volume de exportações e importações teve um crescimento maior do que o crescimento econômico da década de 1990, sendo que as empresas transnacionais foram as principais responsáveis por esse fluxo. Apesar disso, o autor captou que o foco estratégico dessas empresas para os próximos anos no Brasil era o de intensificar as vendas para o mercado interno e consolidar o comércio intrafirmas.

O estudo citado constatou que no comércio intrafirmas o saldo tem sido deficitário, com importações superiores às exportações. Além disso, a contrapartida da presença do investimento estrangeiro direto é o considerável aumento de remessas de lucro ao exterior, implicando na sangria de divisas do país. Percebe-se assim, a partir deste estudo, que a perspectiva de o Brasil tornar-se uma plataforma de futuras exportações criada com o crescente aumento de investimento estrangeiro direto e significativa atuação de empresas transnacionais é bastante modesta, limitando-se aos produtos commoditizados e de pouco conteúdo tecnológico. O estudo identificou, ainda, que o ingresso do capital estrangeiro direto no Brasil nos anos 1990 não expandiu a capacidade produtiva local, embora tenha estimulado o aumento da produtividade de uma maneira geral. A explicação para esse fato reside na vinda desse tipo de capital por meio de processos de fusão, aquisição e privatização que, como regra geral, embutem processos de racio-

nalização produtiva tais como: reestruturação, reengenharia, etc.

O processo recente de fusões e aquisições, envolvendo o investimento estrangeiro direto, não é obra do acaso. A série de reformas econômicas *market friendly* dos anos 1990, a estabilidade de preços ocasionada pelo Plano Real, as altas taxas de crescimento do consumo interno logo após sua implantação, além do programa de privatização erigido no mesmo período atraíram o capital externo ao país. A intensificação dos investimentos externos diretos foi motivada, também, pelas estratégias de integração em redes globais de comércio das ET, a partir do aproveitamento de dinâmicas distintas de crescimento e rentabilidade, visto que, ao contrário dos países desenvolvidos, onde as taxas de crescimento são estáveis, os países emergentes apresentam *booms* de consumo.

Esses movimentos mais gerais, capitaneados pelo investimento estrangeiro direto, repercutiram também na agroindústria canavieira. No início da década de 1990, principalmente a partir da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), ocorrida em março de 1990, a agroindústria canavieira do Brasil entrou numa nova fase, instaurando-se o início do processo de desregulamentação do setor⁴, que somente se concluiu em 1999, com a liberalização da comercialização do álcool combustível. Conforme Moraes (2000): *“A desregulamentação do setor sucroalcooleiro faz parte de um processo mais amplo de afastamento do Estado da economia brasileira, iniciado no governo Collor. A crise fiscal enfrentada pelo país desde os anos 80 reduziu a capacidade de atuação do governo - como coordenador ou indutor da atividade econômica -, fazendo emergir um processo de liberações e privatizações de importantes setores da economia, a partir de meados dos anos 90”*.

Esse processo pode ser resumido pela liberação da produção e comercialização; pelo fim do monopólio do Governo Federal nas expor-

tações de açúcar e de álcool; pela extinção das quotas de comercialização interna de açúcar (1988); pela eliminação das quotas de produção (1991) e liberação da comercialização do álcool combustível (1999).

Com a desregulamentação, as exportações passaram a ser de responsabilidade das próprias usinas e, nesse tocante, foi dada atenção especial aos preços e às possibilidades de colocação do produto nos locais de melhor remuneração, permitindo um relacionamento mais estreito entre *traders* e *tradings companies*. As grandes flutuações conjunturais da demanda e dos preços, tanto do açúcar como do álcool, deram origem não apenas a uma crescente heterogeneidade das estratégias e de comportamento empresariais, como a uma gradativa centralização dos capitais nele investidos (SHIKIDA; NEVES; REZENDE, 2002). Esse processo traduziu-se no fechamento de usinas e destilarias menores ou menos eficientes, concentrando assim a produção em um número menor de empresas e grupos de maior porte, através do processo de fusões e aquisições. Ademais, a forma de governança das empresas líderes do setor vem se modificando rapidamente. Um processo amplo de profissionalização e maior transparência na gestão das unidades produtivas tem sido verificado, induzido, em parte, pela necessidade de capitalizar os grupos usineiros por meio da abertura de capital, principalmente para acionistas estrangeiros.

Nesse ambiente, revolucionado pelas mudanças tecnológicas, institucionais, financeiras e de gestão, tornou a emergir o investimento estrangeiro direto, que esteve apartado da agroindústria canavieira desde os anos 40 do século XX. Como novo entrante, cabe interrogar qual sua origem, em que magnitude vem se instalando no Brasil e que alterações tem produzido na estrutura produtiva do setor.

3 - O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA BRASILEIRA

A primeira participação significativa do investimento estrangeiro direto na agroindústria canavieira no Brasil aconteceu no final do século XIX, momento de profunda crise do setor e de tentativa de reestruturá-lo. A crise tinha sua ori-

⁴Um conjunto amplo e diverso de artigos e livros tem se dedicado à análise do processo de abertura e desregulamentação da agroindústria canavieira no Brasil. O livro de Moraes (2000) detalha o processo em sua dinâmica político-administrativa; os artigos de Guedes et al. (2007; 2006) discutem os efeitos da desregulamentação sobre a categoria dos fornecedores de cana; os artigos de Belik; Vian (2003) analisam as estratégias adotadas pelos grupos usineiros no ambiente competitivo pós-desregulamentação; e o artigo de Guedes et al. (2002), a dinâmica ambiental pós-desregulamentação.

gem na forte concorrência internacional que a partir do século XVII se verificou com o início e crescimento da produção açucareira das Antilhas. Isso representou o fim do monopólio brasileiro sobre a oferta mundial de açúcar e levou a uma redução na participação brasileira no mercado mundial do açúcar, bem como nos seus preços internacionais. Para agravar ainda mais essa situação, em princípios do século XIX, o aparecimento de novos produtos (o açúcar de beterraba) contribuiu para deteriorar a posição da *commodity* brasileira.

A resposta a essa crise significou reestruturar a agroindústria canieira buscando dotá-la de vantagens competitivas para fazer frente aos novos e ameaçadores concorrentes internacionais. A reestruturação ganhou a forma dos engenhos centrais, que, inspirados na experiência antilhana, propunham uma radical separação entre as atividades agrícolas e as atividades industriais. A primeira seria realizada pelos antigos senhores de engenho e a segunda pelos capitais industriais materializados na forma dos engenhos centrais.

Conforme Ramos (1999), este modelo de reestruturação baseado nos engenhos centrais necessitava, contudo, de grandes volumes de capital para realizar a centralização que ele requeria. A questão que tinha de ser resolvida então era a de como financiar a imensa quantidade de investimento que os engenhos centrais exigiam. Assim, uma vez mais, o modelo adotado nas Antilhas foi copiado, ou seja, *“abrir possibilidade e criar condições para que esse capital viesse de fora”* (WANDERLEY, 1979). Para possibilitar a atração de capital externo, o Estado dispôs de mecanismos de caráter fiscal e financeiro. O principal deles era a garantia de juros de 7% ao ano para aqueles que se dispusessem a produzir açúcar mediante o emprego de aparelhos e processos mais aperfeiçoados. Além disso, o governo oferecia facilidades para importação de equipamentos e para seu transporte pelo interior do país (RAMOS, 1999). Desse modo, com fortes incentivos do governo, iniciou-se a presença do investimento estrangeiro direto nesta agroindústria no Brasil. No Nordeste, o capital era predominantemente inglês; na Região Sudeste (São Paulo essencialmente), ele era principalmente francês.

Infelizmente, constatou-se que *“a maioria desses capitais estrangeiros tinha caráter puramente especulativo, assumindo uma posição imediatista quanto ao lucro”* (RAMOS, 1999).

Houve também muitos casos de engenhos centrais que foram *“montados com equipamentos de segunda mão, com conteúdo tecnológico defasado. Mais grave ainda foi a resistência aos engenhos centrais colocada pelos senhores de engenho, que perceberam que os engenhos centrais implicariam para eles em significativa perda de poder, uma vez que passariam de classe dominante para meros fornecedores de cana. Isso os levou, na tentativa de manter o poder adquirido, a boicotar os engenhos centrais já que estes, montados com os capitais estrangeiros, não poderiam sobreviver com um insuficiente e irregular fornecimento de matéria-prima”* (RAMOS, 1999).

Especificamente em São Paulo, devido a sua conjuntura econômica alicerçada na produção cafeeira e ao fato de a produção de açúcar e aguardente estar voltada ao mercado interno, a introdução da estrutura dos engenhos centrais ocorreu, inicialmente, com maior sucesso, viabilizado pelos lucros dos fazendeiros de cana e de café, além do fundamental apoio estatal. Entretanto, com o passar do tempo os engenhos centrais passaram a sofrer do mesmo mal ocorrido no Nordeste, isto é, desabastecimento de cana. Enquanto no Nordeste se deu pela tentativa de os latifundiários manter-se no poder, em São Paulo o abastecimento foi prejudicado em virtude das fazendas mistas, ou seja, pelo fato de a cana não ser cultivada em regime de monocultura (RAMOS, 1999).

Assim, devido a essas complicações, a maioria dos proprietários dos engenhos centrais do quadrilátero paulista vendeu suas fábricas ao capital estrangeiro, em especial à *Société des Sucrierie Brésiliennes*, empresa de capital francês que adquiriu quatro engenhos centrais na região. Szmrecsányi e Ramos (2002) observaram, ainda, que os grupos econômicos originados de investimento estrangeiro direto foram até o início dos anos 30 do século XX os maiores e mais importantes agentes presentes no setor, respondendo, em 1926, por cerca de 20% de todo o açúcar produzido e por mais de 6% da área plantada no Estado de São Paulo. Esse papel hegemônico continuou até os anos 40 do século XX, a partir de quando sua participação relativa foi decrescendo até desaparecer no começo dos anos 70, quando os capitais estrangeiros deixaram definitivamente o setor no Brasil. A capacidade instalada da agroindústria canieira paulista em 1926 corrobora a análise anterior (Tabela 1).

TABELA 1 - Capacidade Instalada¹ da Agroindústria Canavieira Paulista em 1926

Usina (localização)	Proprietário	Canaviais (ha)	Moagem (t)	Açúcar (kg)	Álcool e/ou aguardente (l)
Albertina (Sertãozinho)	G. Schmidt & Irmãos	484	120	8.400	1.600
Amália (Santa Rosa)	Matarazzo & Cia	2.199	600	45.000	7800
Barbacena (Sertãozinho)	Bighetti & Biasi	484	150	9.720	1.800
Esther (Campinas)	S. A. Usina Esther	980	450	36.000	7.000
Fortaleza (Araraquara)	Refinadora Paulista	2.097	600	45.000	8.000
Gurupιά (Araraquara)	Elias Villares Barbosa	121	30	1.800	300
Itahyquara (Caconce)	J.B. Lima Figueiredo	424	240	19.200	3.200
Junqueira (Igarapava)	F. Mamiano Junqueira	1.848	600	48.000	8.000
Lorena	Sucrieries Brésiliennes	335	260	23.400	3.000
Miranda (Pirajuhy)	S.A. Usina Miranda	548	240	16.800	3.000
Monte Alegre (Piracicaba)	Cia. União dos Refinadores	2.010	600	45.000	8.000
Pimentel (Jaboticabal)	Albano Pimentel	484	180	14.400	2.400
Piracicaba	Sucrieries Brésiliennes	932	600	48.000	8.000
Porto Feliz	Sucrieries Brésiliennes	303	550	46.740	8.000
Sta. Bárbara	S.A. Us. Sta Bárbara	2.293	600	48.000	8.000
Sto Antônio (Araraquara)	F. Cunha Junqueira	242	140	9.780	1.800
Schmidt (Sertãozinho)	G.Schmidt & Irmãos	532	300	21.000	4.000
Vassununga (Santa Rita)	S.A. Us. Vassununga	179	140	9.780	2.000
Villa Rafard (Capivari)	Sucrieries Brésiliennes	2.463	700	59.460	9.900
Subtotal		18.945	7.060	555.480	95.800
Engenhos, engenhocas e fornecedores		41.495	...	330.000	919.680
Total geral		60.440	...	885.480	1.015.480

¹24 horas de trabalho.

Fonte: Ramos e Szmrecsányi (2002).

O retorno do investimento estrangeiro direto na agroindústria canavieira acontece no contexto explicitado na seção 2, deste trabalho, marcado por intensa competição dos grupos econômicos internacionais e pela desregulamentação da agroindústria canavieira. As especificidades desse novo momento em relação ao primeiro são muitas. Por exemplo, ele acontece num cenário interno bastante diferente, no qual existe um imenso mercado interno tanto para a produção de açúcar quanto de álcool, representando a exportação de açúcar menos de 40% do total de açúcar produzido atualmente; além disso, o processo de industrialização brasileiro encarregou-se de internalizar a produção dos meios de produção (instalações e máquinas) necessários para a instalação e operação das suas unidades fabris, tomando a importação desses itens desnecessária; por fim, o investimento, principalmente público, em pesquisas agrícolas tem feito avançar a produtividade agrícola e também industrial. Em outras palavras, o processo de modernização e

atualização tecnológica do setor canavieiro no Brasil está endogeneizado e é ditado pela própria dinâmica competitiva interna desse setor.

No século XIX, o investimento estrangeiro direto tinha, no projeto de reestruturação produtiva proposto pelo Império, como que um papel “civilizador”, portador que era das condições para a atualização tecnológica e modernização de uma indústria atrasada em termos de estrutura produtiva, tecnológica, de financiamento e de gestão.

Ao contrário da presença passada, os atuais investimentos estrangeiros diretos entrantes na agroindústria canavieira a encontram modernizada e bastante competitiva⁵. Seu ingresso nele, conforme Saltorato; Mundo Neto (2007), segue uma lógica puramente financista, centrada nos ganhos potenciais da conversão do etanol em *commodity* internacional e na exigência de

⁵Para uma visão do “estado da arte” do setor sucroalcooleiro no que diz respeito à eficiência e eficácia ver Macedo (2005).

formas de gestão que permitam aos investidores estrangeiros (*shareholders*) o controle sobre os espaços industriais.

4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base dos dados analisados neste artigo é aquela fornecida pelo Banco Central do Brasil, através de tabulação especial de dados do balanço de pagamentos que desagregou informações do setor canavieiro. A classificação do Banco Central exige alguns esclarecimentos prévios. Ela divide a atividade econômica em três segmentos: um que agrega o conjunto das indústrias de transformação, independentemente do ramo; um segundo, subconjunto do primeiro, que reúne as unidades de um ramo amplo de atividade industrial; e, por fim, um terceiro segmento, subconjunto do segundo, que congrega as unidades de uma atividade específica do ramo. Desse modo, a agroindústria canavieira - na verdade o sub-ramo Usinas de Açúcar e Alcool - enquadra-se na atividade econômica do ramo de Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas, um dos ramos da indústria de transformação. Os dados sobre a movimentação de investimento estrangeiro direto e remessa de lucros na agroindústria canavieira compreendem o período 1999 a 2007, respectivamente, o primeiro e o último ano de registro desse tipo de capital na agroindústria canavieira brasileira.

5 - DADOS RECENTES DA PRESENÇA DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

A idéia central desta seção é discutir quando e com que intensidade ocorreu o ingresso de investimento estrangeiro direto na agroindústria canavieira nacional. Conforme Camussi (2000), entre os fatores de atração do investimento direto do exterior neste setor estão: o mercado desregulamentado, a disponibilidade de terras para a expansão do cultivo de matéria-prima, o menor custo mundial de produção, a mão-de-obra barata, o custo zero de energia pela cogeração, as menores obrigações ambientais e sociais e, principalmente, o mercado interno que absorve aproximadamente 75% da produção⁶.

⁶Ao se comparar os custos de produção brasileiros com os internacionais, constata-se que além de apresentar o menor

Isso tudo atraiu o interesse do capital estrangeiro. A Região Centro-Sul foi seu primeiro e principal destino. Dentro dela, o Estado de São Paulo recebeu o maior volume de investimentos. Esta preferência locacional não é difícil de explicar, pois o Estado responde por mais de 50% da produção nacional de açúcar, possui 22% da população brasileira e é responsável por 50% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Os investimentos diretos e sua distribuição por atividade econômica indicam o volume em dólar de investimento estrangeiro direto que ingressou na indústria brasileira entre os anos de 2000 e 2006, tendo como referência o estoque do ano de 1995 (Tabela 2).

Entre 1995 e 2000, verifica-se um aumento significativo do investimento estrangeiro direto nas três categorias de agregação, chamando a atenção o ingresso em 2000 de mais de 3,5 bilhões de dólares no subsetor de usinas de açúcar e álcool. Embora o primeiro registro de capital estrangeiro no setor seja de um ano antes, no valor de US\$500 milhões, a cifra do ano 2000 é realmente impressionante (Tabela 3). Ela corresponde a sete vezes o primeiro valor. Este formidável volume de recursos foi responsável por cerca de 10% do volume total de investimento estrangeiro direto na indústria de transformação e por cerca de 78,3% do total investido no ramo de produtos alimentícios e bebida.

Para 2001, os investimentos diretos estrangeiros, em sua totalidade, tiveram uma queda de 80% na indústria e 87,8% no ramo de fabricação de produtos alimentícios e bebida; porém, os US\$85 milhões investidos no setor sucroalcooleiro neste ano representaram aproximadamente 1,2% dos investimentos totais na indústria de transformação brasileira e 15,2% do total investido no ramo de fabricação de produtos alimentícios e bebida. Entre 2002 e 2005, o IED na agroindústria canavieira foi bastante discreto, agregando valores irrisórios. Em 2006 e 2007, contudo, a participa-

custo de produção do mundo, o Brasil tem uma larga vantagem sobre seus concorrentes no mercado mundial. Estima-se que o custo de produção do açúcar brasileiro seja de US\$180 por tonelada, sendo que, em São Paulo, são ainda menores, chegando a US\$165 por tonelada. A Austrália apresenta o segundo menor custo de produção do mundo, girando em torno de US\$335 por tonelada. A União Européia, pelo fato de a produção de açúcar ser baseada preponderantemente na beterraba, apresenta um custo de produção de US\$710 por tonelada. Assim, a competitividade brasileira é maior em razão dos baixos custos de produção, sendo aproximadamente 1/3 dos custos de produção do açúcar europeu (MACEDO, 2005).

TABELA 2 - Investimentos Diretos, Distribuição por Atividade Econômica, Brasil, 1995 a 2006
(em US\$ milhão)

Atividade econômica	Estoque		Ingressos					
	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústria	27.907,09	34.725,62	7.000,98	7.555,30	4.506,02	10.707,82	6.402,81	8.743,78
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2.827,52	4.618,65	562,73	1.872,72	409,35	5.345,48	2.074,83	739,33
Usinas de açúcar e álcool	0,00000	3.647,48	85,55	4,00	4,42	0,00000	64,18	530,31

Fonte: Banco Central do Brasil (2008).

TABELA 3 - Fluxo de IED no Setor Sucroalcooleiro Brasileiro, Período 1999 a 2007
(em US\$)

Ano	Investimento	Descrição
1999	25.000.000,00	Refino e moagem de açúcar
1999	500.000.000,00	Usinas de açúcar
2000	10.000.000,00	Refino e moagem de açúcar
2000	3.637.485.000,00	Usinas de açúcar
2001	85.550.520,00	Usinas de açúcar
2002	4.000.000,00	Produção de álcool
2003	4.427.972,00	Produção de álcool
2005	7.063.779,37	Produção de álcool
2005	57.121.712,52	Usinas de açúcar
2006	38.500.000,00	Refino e moagem de açúcar
2006	257.883.203,40	Produção de álcool
2006	233.880.941,23	Usinas de açúcar
2007	1.487.847.294,50	Produção de álcool
2007	841.741.135,62	Fabricação de açúcar bruto

Fonte: Banco Central do Brasil (2008).

ção da agroindústria na recepção de investimentos estrangeiros diretos volta a elevar-se para US\$530 milhões e US\$2,329 bilhões, respectivamente (ver para este último ano a Tabela 3).

Ao se analisar os investimentos no período 2000-06, constata-se que a média anual de investimentos na indústria de transformação foi de aproximadamente US\$11,376 bilhões, de US\$2,231 bilhão no ramo de fabricação de produtos alimentícios e bebidas e de US\$619 milhões no sub-ramo de açúcar e álcool. Durante o período 2000-06, 27,5% do investimento estrangeiro direto total que se dirigiu ao ramo de alimentos e bebida empregou-se na agroindústria canieira, principalmente na aquisição de capacidade instalada já existente. Índícios observados na mídia especializada dão a entender que essa tendência pode mudar, uma vez que as aquisições de usinas por grupos nacionais e/ou internacionais têm elevado o preço desses ativos para a venda, estimulando entre os atores do

setor a iniciativa de buscar a construção de novas instalações em regiões de expansão do plantio da cana (*greenfields*). Se confirmada essa tendência, o futuro próximo poderá testemunhar uma significativa elevação da produtividade e do desempenho econômico na parte industrial do setor, dada a tendência de se agregar tecnologia atualizada a novas plantas industriais.

O fluxo de investimento estrangeiro direto no setor sucroalcooleiro brasileiro (Tabela 3) é uma variação da tabela 2 e apresenta o fluxo de investimentos estrangeiros diretos na agroindústria canieira nacional entre 1999 e 2007, este último ano registrando outro grande volume de ingresso de IED. Ele revela um fluxo contínuo de IED durante todo o período, à exceção de 2005, ano em que não é registrado nenhum novo ingresso. O valor total de IED no período foi de cerca de US\$7.190 milhões, resultando numa média anual de US\$899 milhões.

Esse valor permite observar a presen-

ça de capitais tanto na produção de açúcar quanto no fabrico de álcool, representando uma tendência do IED reproduzir a lógica da indústria nacional: parte da produção orientada para o mercado internacional (açúcar) e parte para o mercado interno (álcool). O interessante é constatar que a partir de 2002, os investimentos estrangeiros na produção de álcool cresceram rapidamente, passando de US\$4 milhões em 2002 para mais de US\$1 bilhão em 2007. Esse aumento de mais de 37.096% evidencia a importância deste setor e do Brasil no segmento de energia renovável e o interesse desperto por ele no investidor estrangeiro.

A partir desse momento torna-se crucial discutir um outro aspecto intimamente associado ao ingresso de capitais, qualquer que seja sua forma. Trata-se das remessas ao exterior de parte ou totalidade do ganho destinado no país hospedeiro. O investimento estrangeiro direto significa uma imobilização de estoques no país hospedeiro que gera fluxos de rendimentos, dos quais uma parte é repatriada. Isso constitui o aspecto negativo dele. Procurou-se nas tabelas 4 e 5 identificar o volume de recursos remetidos ao exterior pelo investimento estrangeiro direto feito na agroindústria canavieira na forma de remessa de lucros e dividendos, bem como seus efeitos no Balanço de Pagamentos do Brasil. A remessa de lucros e dividendos apresenta os valores remetidos desde 1999 pelo capital estrangeiro presente no setor canavieiro (Tabela 4). O fluxo de saída apresenta duas características: sua descontinuidade e os valores modestos, embora crescentes a partir de 2005. No período 1999-2007, o total de recursos repatriado foi de US\$11,5 milhões, menos de 0,16% do volume de ingresso de capital estrangeiro no período.

A fim de se fazer uma comparação entre investimentos e remessa de lucros e dividendos, colocou-se, no balanço de pagamentos do Brasil, as duas contas de entrada e saída de recursos do Balanço de Pagamentos do Brasil entre os anos 1995 e 2005, que se relacionam com os principais aspectos abordados (Tabela 5).

Em relação à remessa de lucros e dividendos, verifica-se que no ano de 2003 a remessa total para o exterior a título de lucros e dividendos foi de US\$4,076 bilhões (Tabela 5). Avaliando a remessa de lucros e dividendos do setor sucroalcooleiro, constata-se que o montante total remetido foi da ordem de US\$3,3 milhões, sendo que

67% deste capital tiveram como destino a França e 33% a Itália, aproximadamente (Tabela 4).

Já em comparação ao ano de 2006 (último ano em que se constatou remessa de dividendos aos investidores do setor de açúcar e álcool), verifica-se que o total de investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira foi da ordem de US\$18,8 bilhões. Desta maneira, os US\$530 milhões investidos no setor sucroalcooleiro neste mesmo ano representaram aproximadamente 2,81% do total investido na economia brasileira e os mais de 5 milhões remetidos aos investidores estrangeiros representam 0,35% do total, o que indica que o montante do capital permanece no Brasil para incremento.

O balanço de pagamentos do Brasil revela um movimento irregular no ingresso do investimento estrangeiro direto, sendo facilmente identificáveis três momentos: um primeiro, entre 1995 e 2000, no qual a entrada de capitais se multiplicou por oito; um segundo entre 2001 e 2003, que apresentou queda significativa no ingresso de capital estrangeiro; e um terceiro, entre 2004 e 2007, com nova retomada do ingresso de investimento estrangeiro direto (Tabela 5). A remessa de lucros acompanhou a mesma tendência, embora com menor instabilidade. Pode-se observar, em relação às remessas, que elas parecem ter atingido a partir de 2006 um patamar mínimo bastante elevado, superior a 10 bilhões de dólares/ano.

O que se deve destacar de novo a partir de 2005 foi a participação de países asiáticos de expressão, como Cingapura, no montante dos investimentos diretos no setor sucroalcooleiro, quando o total de US\$36 milhões investidos pelo país representou 63% do total de investimentos no setor, evidenciando o interesse deste país asiático no setor sucroalcooleiro nacional. Além do capital asiático, o interesse do capital norte-americano parece bastante evidente, sinalizando para uma intensificação das tendências de ingresso de capital estrangeiro e para a elevação do grau de internacionalização desse setor no Brasil⁷.

⁷A edição 047 da revista Dinheiro Rural relatou o interesse do grupo norte-americano ADM em investir no setor sucroalcooleiro do Brasil. Esse grupo é o maior produtor mundial de etanol do mundo, extraído, em sua totalidade, do milho. O grupo faturou em 2007 cerca de US\$44 bilhões e está disposto a iniciar sua produção de etanol da cana no Brasil com investimentos da ordem de US\$3 bilhões. A primeira usina será construída em 2009 na cidade goiana de Jataí.

TABELA 4 - Remessa de Lucros e Dividendos no Setor Canavieiro Brasileiro, por País, 2003 a 2006
(em US\$)

Ano	Descrição	Remessa	País
2003	Usinas de açúcar	2.208.196,07	França
2003	Usinas de açúcar	1.138.043,76	Itália
2005	Usinas de açúcar	3.027.988,49	França
2006	Usinas de açúcar	5.137.347,89	França

Fonte: Banco Central do Brasil (2008).

TABELA 5 - Balanço de Pagamentos do Brasil, Período 1995 a 2007
(em US\$ milhão)

Item	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
IED	4.405	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	
Lucros e dividendos	1.818	1.295	3.845	4.673	2.832	2.173	
% remetida	41	12	20	16	10	7	
Item	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
IED	22.457	16.590	10.144	18.146	15.066	18.822	34.585
Lucros e dividendos	3.438	4.034	4.076	4.937	9.142	11.445	16.745
% remetida	15	24	40	27	61	61	48

Fonte: Banco Central do Brasil (2008).

6 - CONCLUSÃO

Este artigo procurou mostrar que o investimento estrangeiro direto retornou à agroindústria canvieira, aproveitando-se das mudanças institucionais proporcionadas pela desregulamentação setorial e pelas imensas perspectivas de rentabilidade abertas para o setor, em razão da busca mundial de combustível renovável substituto dos fósseis. Este capital tem se concentrado na Região Centro-Sul, onde determinantes de natureza logística e de mercado (existência de infraestrutura, mercados consumidores e portos de exportação) explicam essa preferência.

A entrada no setor tem sido feita por meio de aquisições e *joint-ventures*, formas que minimizam para o entrante os riscos de aprendizagem e mercado, ao mesmo tempo em que lhe oferece uma posição inicial a partir da qual pode ser ampliado seu *market share*. Conforme foi mencionado, essa foi, aliás, a forma geral de entrada do investimento estrangeiro no Brasil na segunda metade da década de 90 do século XX. Para a agroindústria canvieira, portanto, o ingresso de investimento estrangeiro direto teve pouco efeito sobre a expansão da capacidade produtiva setorial, significando, isso sim, mudança nada desprezível na nacionalidade dos proprietários dos

ativos do setor. Embora não tenha sido possível mensurar sua magnitude, o investimento estrangeiro direto tem sido um agente primordial na internacionalização do setor e na desnacionalização dos seus ativos patrimoniais, inclusive a terra.

Embora seja majoritariamente europeu o novo entrante, há sinais recentes de que outras regiões do mundo, em especial alguns países da Ásia, e os EUA, principiaram a fazer investimentos no setor. Isso revela que a presença do investimento estrangeiro direto no setor irá aumentar, assim como sua internacionalização. Revela também que o mercado interno e o potencial para exportar *commodities* energéticas do setor no Brasil despertaram definitivamente o interesse dos capitais mundiais. A entrada do investimento estrangeiro direto foi contínua, mas com magnitudes variáveis. No período 1999-2007, com dois picos de ingresso, um em 2000 e o outro em 2007, a média anual de investimento estrangeiro no setor se elevou para US\$899 milhões. A remessa de lucros e dividendos aparece, desde 2003, com valores anuais inferiores a US\$10 milhões. Embora pouco significativo quantitativamente, ele aponta para um novo aspecto da estrutura produtiva setorial: o fluxo contínuo de recursos que agora deixarão permanentemente o setor com destino a acionistas internacionais.

LITERATURA CITADA

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Tabulação especial de dados**. [S.l.]: BCB, 2008.

BELIK, W.; VIAN, C. E. F. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro no Centro-Sul. **Economia**, Niterói, v. 4, n. 1, p. 153-194, 2003.

CAMUSSI, R. A desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil e o investimento externo direto: um estudo do Grupo Cosan/FBA. 2002. 75 f. Trabalho de graduação apresentado como requisito para a disciplina de Ciências Econômicas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba (SP), 2002.

COUTINHO, L. Notas sobre a natureza da globalização. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 4, p. 21-26, 1995.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUEDES, S. N. R. et. al. O arrendamento como estratégia para enfrentar mudanças institucionais: um estudo com fornecedores de cana do Estado de São Paulo. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 2, p. 229-240, 2007.

_____. Mercados de terra e de trabalho na (re)estruturação da categoria social dos fornecedores de cana de Ribeirão Preto. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 53, n. 1, p.107-122, 2006.

_____. Passado, presente e futuro da agroindústria canvieira no Brasil: uma reflexão a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. IN: SHIKIDA, P. F. A; DIAS DE MORAES, M. A. F. (Org.). **Agroindústria canvieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATUKA, C. et al. Internacionalização e vulnerabilidade externa. In: LACERDA, A. C. de. (Org.) **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 196-222.

LAPLANE, M.; SARTI, F. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, p. 43-56, 2002.

MACEDO, I. C. (Org.). **A energia da cana-de-açúcar: doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e a sua sustentabilidade**. São Paulo: Única, 2005.

MORAES, M. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil**. Americana (SP): Caminho Editorial, 2000.

RAMOS, P. **Agroindústria canvieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SALTORATO, P.; MUNDO NETO, M. **A dinâmica financeira no setor sucroalcooleiro ou quando a transparência vira moda**. 2007. Disponível em: <http://www.dep.ufscar.br/grupos/nesefi/st/anais_st.php>. Acesso em: 2004.

SHIKIDA, P. F. A.; NEVES, M.; REZENDE, R. Notas sobre dinâmica tecnológica e agroindústria canvieira no Brasil. In: SHIKIDA, P. F.; DIAS DE MORAES, M. A. F. **Agroindústria canvieira no Brasil: evolução, desenvolvimentos e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 120-138.

SILVA, C.; CARVALHO, M.; SILVA, V. Liberalização comercial e competitividade da agricultura brasileira. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, p. 50-68, 2003.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. Evolução dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista. **Revista de História Econômica e História de Empresas**, São Paulo, v. 1, p. 85-116, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

**A PRESENÇA RECENTE E ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS DO INVESTIMENTO
ESTRANGEIRO DIRETO (IED) NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA BRASILEIRA**

RESUMO: O artigo discute, no contexto da globalização e da desregulamentação setorial, o retorno do capital estrangeiro à agroindústria canavieira brasileira. São mencionados os fatores de atração desse capital, mas a análise centra-se sobre origem, magnitude e algumas das conseqüências desse ator sobre a estrutura produtiva da atividade econômica canavieira no Brasil.

Palavras-chave: agroindústria canavieira, ambiente institucional, investimento estrangeiro direto.

**RECENT PRESENCE AND EFFECTS OF DIRECT FOREIGN
INVESTMENT ON THE BRAZILIAN SUGAR CANE INDUSTRY**

ABSTRACT: This paper discusses the return of direct foreign investment to the Brazilian sugar cane industry. It analyzes the main factors that attract this capital while focusing on the origin and scale of this economic actor and its impact on the productive structure of this important Brazilian industry.

Key-words: sugar cane industry, institutional environment, foreign investment.

Recebido em 28/01/2009. Liberado para publicação em 28/04/2009.